



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

28/06/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. PLANTÃO NO TJMA.....	3 - 4
1.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	7 - 9
2.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	10
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	11 - 12
3.2. COMARCAS.....	13
3.3. VARA CRIMINAL.....	14 - 16
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. COMARCAS.....	17 - 18
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA CÍVEL.....	19 - 21
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. COMARCAS.....	22 - 24
6.2. PARCERIAS.....	25
6.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	26
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	27 - 31

*Por Silvia Tereza**

2

Vereadores presos por suspeita de corrupção e associação criminosa em Centro Novo do Maranhão

Vereadores presos por suspeita de corrupção e associação criminosa em Centro Novo do Maranhão

Por Silvia Tereza *

O Poder Judiciário determinou a prisão temporária, por cinco dias, dos vereadores de Centro Novo do Maranhão, Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho. O pedido foi feito pelo Ministério Público do Maranhão. Os parlamentares são suspeitos da prática dos crimes de corrupção e associação criminosa.

Além dos mandados de prisão cumpridos na manhã desta terça-feira, 27, por membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Departamento Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) da Polícia Civil, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência dos dois vereadores



dores e de um terceiro, Evaldo Chaves de França, conhecido como Neto da Agricultura.

Os vereadores também foram afastados das funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer outro vereador de Centro Novo do Maranhão

até nova deliberação judicial.

Segundo o MP, a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal foi manipulada pelo pagamento a outros vereadores, com a suspeita de participação de agiotas na transação criminosa.

Robevânia Silva teria re-

cebido R\$ 40 mil do presidente do Poder Legislativo municipal, Sinomar Vieira, para pagar agiotas e votar nele. Evaldo França também teria recebido vantagens financeiras.

Os promotores de justiça tiveram acesso a uma gravação em que a vereadora admite o recebimento do dinheiro e a negociação com agiotas com o objetivo de intervir na eleição da mesa diretora da Câmara Municipal.

“Os R\$ 40 mil que eu peguei do Mazinho na Câmara só deu pra pagar dois agiotas. O dinheiro que eu tirei pra mim foi só R\$ 8 mil pra poder tirar esse carro pra mim (sic) não andar a pé, que isso era uma vergonha de o vereador sair de quase dois mandatos e sair a pé(...)”, afirmou a vereadora Robevânia Silva, flagrada na gravação.

***TJMA tem expediente suspenso apenas
no feriado do dia 29 de junho***

3

TJMA tem expediente suspenso apenas no feriado do dia 29 de junho

O Tribunal de Justiça do Maranhão e o Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha terão o expediente suspenso apenas na quinta-feira (29), feriado municipal de São Pedro. O expediente forense ocorrerá normalmente na sexta-feira (30 de junho), data em que vencem os prazos judiciais referentes ao dia 29.

Durante o dia 29 de junho, a Justiça de 2º Grau e o Termo Judiciário de São Luís funcionarão em regime de plantão. No 2º Grau, o desembargador Raimundo Melo é quem recebe as



demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os

servidores de plantão são Vivian Araújo e Sandra Macedo (oficiala). As escalas de plantão podem ser acompanhadas no site em “Plantão do 2º Grau” e em “Plantão de Fóruns”

O plantão judicial de 2º Grau funciona em forma

de sobreaviso, pelo telefone (98) 98815-8344. Os contatos do Plantão de 1º Grau em São Luís são (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, é necessário entrar em contato com os servidores plantonistas que, além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento das ações ao desembargador de plantão.

Felipe Camarão e o sentimento de renovação



Cientistas políticos ainda se debruçam sobre análises a respeito da recente pesquisa divulgada pela Escutec sobre a eleição de 2018. É que o levantamento apresentou uma novidade. Diz respeito ao secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão.

Sem nunca haver exercido um mandato parlamentar e jamais haver manifestado o desejo de se candidatar a qualquer cargo eletivo, ele pontuou, rivalizando com o ex-governador e atual senador João Alberto de Sousa, um dos pretensos candidatos ao governo e com o senador Roberto Rocha, que já afirmou sua disposição em concorrer ao Palácio dos Leões.

Felipe Camarão é, na realidade, o auxiliar mais proeminente do governador Flávio Dino. Seu batismo de fogo foi na Secretaria

de Gestão e Planejamento. Arrumou os desacertos e logo foi designado para acabar um foco de incêndio na Secretaria de Cultura. Colocou a casa em ordem e o governador o encaminhou para a missão de juntar os cacos na Secretaria de Educação.

Com apenas 34 anos, já tem uma vasta biografia. Seu currículo é irretocável. Ainda estudante, foi aprovado em concurso para cargo de escrivão da Polícia Civil. Nunca assumiu a função. Após sua formação em Direito, meses depois foi aprovado para o Tribunal de Justiça, onde permaneceu apenas dois anos, porque logo em seguida logrou aprovação ao cargo de procurador federal.

Foi chefe da Procuradoria em Imperatriz, procurador-chefe do INSS, procurador-chefe da Procuradoria Federal no Maranhão, procurador-geral da Universidade Federal do Maranhão, onde é professor concursado e, antes, foi, por duas vezes, chefe do Procon/MA.

Sempre com um sorriso a lhe estampar o rosto e uma invejável disposição para o trabalho, Felipe Camarão vem se destacando pelo sucesso por onde passa. Quando de sua despedida da Secretaria de Cultura, funcionários elaboraram uma manifestação para que permanecesse na pasta.

Agora, na Educação, é considerado não como o chefão, mas como o amigo. Os resultados estão nos gráficos positivos apresentados pelo governo do Estado. É um jovem competente e desprovido de vaidades.

A inclusão do seu nome na pesquisa pela corrida sucessória, é uma autêntica demonstração de que o povo do Maranhão está a exigir renovação. Felipe Camarão vem rechaçando todos os incentivos para figurar na lista de pré-candidatos a cargos eletivos. Seu foco é continuar a estabelecer parâmetros positivos na Educação do Maranhão.

As pesquisas apontam para um claro recado: O maranhense está a clamar por mudança e exige competência.

Felipe Camarão e o sentimento de renovação



CENTRO NOVO DO MARANHÃO

Vereadores são presos e afastados liminarmente dos cargos públicos

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a prisão temporária, por cinco dias, dos vereadores Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho.

Além dos mandados de prisão cumpridos na manhã de ontem, 27, por membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Departamento Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) da Polícia Civil, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência dos dois vereadores e de um terceiro, Evaldo Chaves de França, conhecido como Neto da Agricultura.

Os vereadores são suspeitos da prática dos crimes

de corrupção e associação criminosa. Eles também foram afastados das funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer outro vereador de Centro Novo do Maranhão até nova deliberação judicial.

Segundo o MPMA, a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal foi manipulada pelo pagamento a outros vereadores, com a suspeita de participação de agiotas na transação criminosa.

Robevânia Silva teria recebido R\$ 40 mil do presidente do Poder Legislativo municipal, Sinomar Vieira, para pagar agiotas e votar nele. Evaldo França também teria recebido vantagens financeiras.

Os promotores de justiça tiveram acesso a uma gra-

vação em que a vereadora admite o recebimento do dinheiro e a negociação com agiotas com o objetivo de intervir na eleição da mesa diretora da Câmara Municipal.

“Os R\$ 40 mil que eu peguei do Mazinho na Câmara só deu pra pagar dois agiotas. O dinheiro que eu tirei pra mim foi só R\$ 8 mil pra poder tirar esse carro pra mim (sic) não andar a pé, que isso era uma vergonha de o vereador sair de quase dois mandatos e sair a pé(...)”, afirmou a vereadora Robevânia Silva, flagrada na gravação.

Os pedidos de prisão e afastamento foram assinados pelos promotores de justiça Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida e André Charles Martins Alcântara Oliveira, titulares da Comar-

ca de Maracaçumé, da qual Centro Novo do Maranhão é Termo Judiciário.

Os membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) também assinaram a manifestação. A decisão é do juiz Rômulo Lago e Cruz.

“O fato em questão trata de eleição para a escolha do presidente do parlamento municipal, responsável, entre outras atribuições, pela fiscalização da gestão municipal, e que os fatos noticiados e as provas até então colhidas, indicam o viés criminoso dos envolvidos, manipulando a citada eleição através da compra e venda de parlamentares”, destacam, os promotores de justiça, na manifestação ministerial.

CURURUPU

**Ex-prefeito é
condenado por
improbidade em
ação do MPMA**

PÁGINA 3

CURURUPU

Ex-prefeito é condenado por improbidade em ação do MPMA

Na mesma ação, também foi condenado ex-secretário de Saúde

O ex-prefeito José Carlos de Almeida Júnior e o ex-secretário de Saúde de Cururupu Aldo Borges Lopes foram condenados pela justiça, no dia 2 de junho, em Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão.

As penalidades impostas foram a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos,

multa de 10 vezes o valor da remuneração mensal dos gestores à época dos fatos (ano de 2014), com juros e correção monetária pelo INPC, e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de três anos.

Na ação, o promotor de

justiça Francisco de Assis Silva Filho acusou o ex-prefeito e o ex-secretário por diversas irregularidades referentes às contas do Município de Cururupu, no exercício financeiro de 2014, entre as quais o atraso no pagamento dos servidores públicos, contratação de servidores sem concurso e descumprimento de ordem judicial.

De acordo com o Ministério Público, no ano de 2014,

foram realizadas 159 contratações irregulares pela Secretaria de Saúde de Cururupu, entre vigias, enfermeiros, auxiliares administrativos, pedagogos, odontólogos e recepcionistas. "Diante de tantas contratações irregulares e em total desconformidade com o planejamento orçamentário, certamente acarretou no atraso do pagamento dos servidores", observou o promotor de justiça.

FATOS E NOTÍCIAS

Por Isaías Rocha

OPINIÕES & COMENTÁRIOS

- A Prefeitura de São Luís apresentou à 1ª Vara da Fazenda Pública relatório sobre a situação das feiras e mercados que deverão ser reformados por determinação da juíza Luzia Madeiro Neponucena, na ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual.

142 casais se unem em casamento coletivo na Baixada Maranhense

Foram celebradas 94 uniões de casais de Cedral e de Porto Rico; em Mirinzal e Central do Maranhão, 48 casais desses municípios também se uniram

CEDRAL

Em mais uma edição do projeto “Casamentos Comunitários”, o Poder Judiciário do Maranhão reuniu, nos municípios de Cedral e Mirinzal, representantes da sociedade civil para celebração matrimonial de 142 casais. Nas cerimônias - realizadas na última sexta-feira (23) -, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, foi representado pelo juiz auxiliar da Presidência do TJMA, Júlio Praseres.

“Cada casamento comunitário promove uma emoção única, que envolve a equipe que trabalha para a realização do evento até cada casal que decide formalizar a união. Em nome do Judiciário, agradeço às importantes parcerias das autoridades municipais, magistrados, servidores e voluntários”, ressaltou o juiz Júlio Praseres.

Cedral

No Município de Cedral - distante 450 km de São Luís - foram celebradas 94 uniões de casais do Município e de Porto Rico, termo judiciário da Comarca. O evento aconteceu na Praça Central, sob a coordenação da juíza Márcia Daleth Gonçalves Garcez (titular da Comarca). “Celebramos muitas uniões, porém, o que identificamos neste momento é a importância da declaração pública de amor, compromisso e carinho que cada casal presta. Vislumbro o amor e o afeto como bases indissociáveis da família que se constitui pelo casamento”, declarou a magistrada aos nubentes.

Os juízes Douglas Lima da Guia (Cururupu), Rafael Felipe de Souza Leite (Mirinzal), Thadeu de Melo Alves (Bacuri), Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá) e Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Pinheiro) prestigiaram o evento e colaboraram para a sua realização.



Cerimônias reuniram casais dos municípios de Mirinzal e Cedral para o casamento comunitário

Juntos há 45 anos, os lavradores Edmilson Leite (79 anos) e Irene Mendes Soares (69 anos) formavam o casal mais idoso da cerimônia. A união entre eles foi celebrada pela juíza Márcia Daleth. A entrega da certidão de casamento foi feita pe-

“Casamentos Comunitários” foi instituído pela CGJ

lo promotor de Justiça do Município, Ariano Tércio Silva Aguiar.

Os noivos mais jovens eram o autônomo Joelinton Silva (20 anos) e a estudante Camila Sousa (16 anos). O juiz Júlio Praseres celebrou a união. A certidão de casamento foi entregue pelo defensor público, Eric Luiz Martins Chacon.

Mirinzal

Mais de 300 pessoas acompanharam a união de 48 casais dos municípios de Mirinzal e Central do Maranhão. A cerimônia ocorreu no Salão Paroquial da Igreja do Divino Es-

pírito Santo, em Mirinzal, distante 418 km de São Luís. O juiz Rafael Felipe de Souza Leite - titular da Comarca e coordenador do evento - fez questão de deixar uma mensagem universal para as famílias:

“Um casal de esposos que experimenta a força do amor sabe que este amor é chamado a sarar feridas dos abandonados, estabelecer a cultura do encontro, lutar pela Justiça. Deus confiou à família o projeto de tornar doméstico o mundo, de modo que todos cheguem a sentir cada ser humano como um irmão”, afirmou o magistrado, citando o livro “Sobre o Amor na Família”, do papa Francisco.

A cerimônia contou com o apoio dos juízes Júlio Praseres, Douglas Lima da Guia (Cururupu), Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Pinheiro), Márcia Daleth Gonçalves Garcez (Cedral) e Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá).

Com 80 anos de idade, o lavrador Vicente Dias e Maria do Carmo Neto (73 anos) foram os primeiros a formalizar a convivência de 56 anos. A juíza Tereza Palhares celebrou a união e o prefeito municipal

de Mirinzal, Jadilson dos Santos Coelho, entregou a certidão de casamento.

Em seguida, foi a vez da juíza Márcia Galeth formalizar a convivência de três anos entre o cabeleireiro e representante de empresa de cosméticos, Saulo Ribeiro Avelar (21 anos) e a estudante Karla Gabriele Barbosa (16 anos). O casal mais novo da cerimônia recebeu a certidão de casamento da presidente da Câmara Municipal de Central do Maranhão, vereadora Cleudilene Gonçalves Privado.

Projeto

O projeto “Casamentos Comunitários” foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ) no ano de 1999, na gestão do então corregedor-geral, Jorge Rachid. Destinado a pessoas de baixa renda, o projeto já possibilitou a oficialização de mais de 100 mil uniões em todo o Estado. Todos os atos de registro civil necessários à realização dos casamentos são gratuitos para os noivos, que são dispensados do pagamento das taxas referentes às despesas cartorárias. ●

Vereadores presos por corrupção em Centro Novo

Robevânia Maria da Silva, do PR, e Sinomar Farias Vieira, do PMDB, são suspeitos de compra de votos

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A Polícia Civil efetuou a prisão, na manhã de ontem, dos vereadores Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho, no município de Centro Novo do Maranhão.

A ação foi determinada pelo Poder Judiciário, a pedido do Ministério Público Estadual, que apontou suspeita da prática dos crimes de corrupção e associação criminosa. A informação é de que os parlamentares teriam agido na compra de votos na eleição da Mesa Diretora do Legislativo Municipal.

Os vereadores foram presos durante sessão plenária realizada na Câmara Municipal.

Além dos mandados de prisão, obedecidos pelo Departamento Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) da Polícia Civil, com o auxílio de membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência dos dois vereadores e de um terceiro parlamentar, Evaldo Chaves de França, conhecido como Nego da Agricultura (PT).

Além de presos, os vereadores foram afastados de suas funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer

SAIBA MAIS

Prisão em Paço

A Justiça Estadual determinou a prisão do ex-presidente da Câmara Municipal de Paço do Lumiar José Francisco Gomes Neto. O mandado de prisão foi expedido pela juíza Jaqueline Reis Caracas, da 1ª Vara daquele município. Em 2015, a Justiça Estadual já havia condenado o ex-presidente da Câmara a 11 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 89 e 90 da Lei nº 8.666/93 e peculato.

outro vereador de Centro Novo.

De acordo com o Ministério Público, a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal foi manipulada pelo pagamento a outros vereadores, e com a suspeita de participação de agiotas na transação criminosa.

Robevânia Silva teria recebido R\$ 40 mil do presidente do Poder Legislativo municipal, Sinomar Vieira, para pagar agiotas e votar nele. Evaldo França também teria recebido vantagens financeiras. ●

Secretário de Dino será investigado, determina Justiça

A Justiça determinou que a polícia investigue o secretário estadual de Comunicação, Márcio Jerry, e a ex-assessora do governo Flávio Dino, Simone Limeira, por corrupção passiva. **POLÍTICA 3**

Justiça determina que polícia investigue auxiliares de Flávio Dino

Márcio Jerry e Simone Limeira são acusados de corrupção passiva; investigação será feita pela Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção

CARLA LIMA
Subeditora de Política

A Justiça estadual determinou que a Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) investigue o secretário estadual de Comunicação, Márcio Jerry, e a ex-assessora especial do governador Flávio Dino Simone Limeira. A acusação contra os dois aliados do governador é de corrupção passiva (crime cometido por funcionário público contra a administração geral).

A decisão foi da juíza Patrícia Marques, da 4ª Vara Criminal. O processo é oriundo de ação dos deputados Andrea Murad (PMDB) e Sousa Neto (Pros), que pediram ao Ministério Público Federal que investigasse denúncia

Índio chegou a exibir extrato de depósito

do índio Uirauchene Alves, da tribo guajajaras, que acusou Simone Limeira, que foi candidata à Prefeitura de Grajaú em 2016 com apoio de Flávio Dino, de pedir propina para que recursos que deveriam ser pagos para empresa de transporte escolar fossem liberados para o índio.

Contra Márcio Jerry, a acusação é de que ofereceu propina a Uirauchene para que os índios, que protestavam em frente ao Palácio dos Leões e ocupavam a Assembleia Legislativa por falta de liberação de verba para a merenda es-



Próxima a Flávio Dino, Simone foi acusada de cobrar propina; Márcio Jerry também foi denunciado

colar dos indígenas, acabassem com o protesto.

O Ministério Público Federal alegou não ser de competência do órgão essa investigação e encaminhou ao Ministério Público Estadual a denúncia e solicitou que ela fosse investigada. O caso foi distribuído para a promotora de Defesa do Patrimônio e Defesa Administrativa, Moema Figueiredo, ainda em agosto de 2016.

A promotora solicitou que um procedimento de investigação fosse feito pela Seccoc, órgão estadual ligado à Polícia Civil responsável por apurar crime de corrupção. A titular da 4ª Vara Criminal acolheu o pedido e determinou que um inquérito fosse instaurado contra Jerry e Limeira. A decisão é de janeiro deste ano.

Denúncia

O índio Uirauchene Alves acusou,

MAIS

Governo não se pronunciou

O Estado entrou em contato com a Secretaria de Comunicação, que é comandada por Márcio Jerry, mas até o fechamento desta edição não foi respondido se o inquérito foi instaurado pela superintendência; e, se foi, qual a data prevista para o término.

em 2015, Simone Limeira de ter pedido R\$ 4 mil em propina para que recurso do governo fossem liberados para a empresa que faz transporte escolar na região de Grajaú.

Na denúncia de Uirauchene, ele mostra extratos de depósitos no valor de R\$ 4 mil feitos para Simone Limeira. Como prova, o indígena também mostrou conversas dele com a então assessora especial do governador Flávio Dino com ela pedindo a propina.

Na época, Simone Limeira pediu exoneração do cargo que exercia afirmando que provaria a inocência dela em todas as instâncias e afirmou que somente ficou sabendo do depósito citado por Uirauchene Alves após a publicação da denúncia do indígena.

O fato é que Limeira nunca provou sua inocência. Mesmo com a denúncia de recebimento de propina, o PCDoB manteve a candidatura dela à Prefeitura de Grajaú em 2016. Ela recebeu apoio pessoal de Flávio Dino, que foi ao município fazer campanha para a ex-assessora. ●

Arquivo

Investigação da Polícia Civil culmina na prisão de vereadores em Centro Novo do Maranhão

Pag.07



Investigação da Polícia Civil culmina na prisão de vereadores em Centro Novo do Maranhão

As investigações apontaram o envolvimento dos suspeitos em crimes de supostas compras de votos para a eleição da Mesa Diretora da Câmara de vereadores de Centro Novo.



Vereadores, Sinomar Farias Vieira e a Robevânia Maria da Silva

Realizando o combate contra as ações criminosas na compra de votos para a eleição na câmara de vereadores de Centro Novo, a Polícia Civil por conta da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (SECCOR) e o Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) realizou a

prisão do presidente da Câmara de vereadores, Sinomar Farias Vieira e a vereadora Robevânia Maria da Silva. A prisão dos mesmos aconteceu em suas residências por envolvimento à compras de votos para a eleição da mesa diretora da câmara de vereadores.

As investigações da Polícia

Civil que culminou na prisão dos envolvidos, aconteceram por meio da SECCOR, onde apontou o envolvimento dos suspeitos por conta de crimes de supostas compras de votos para a eleição da Mesa Diretora da Câmara de vereadores de Centro Novo. Durante as investigações foram descobertos

indícios de que os acusados estão arrolados em crimes contra a prefeitura do município de Centro Novo do Maranhão.

Mandados de Busca e Apreensão e Mandado de Prisão - As prisões por intermédio da SECCOR, em parceria com o Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), que integra o Ministério Público aconteceu na manhã desta terça-feira (27), na Cidade de Centro Novo do Maranhão, culminando na prisão dos acusados. As prisões sucederam pelos Mandados de Busca e Apreensão e Mandados de Prisão dos acusados Sinomar Farias Vieira e a vereadora Robevânia Maria da Silva.

O Superintendente da SECCOR, Roberto Vagner Fortes repassou que “As investigações que resultou na prisão dos mesmos, incidiu pela suposta compra de votos para a eleição da Mesa Diretora da Câmara de vereadores, do município de Centro Novo do Maranhão”. As investigações irão continuar, no sentido de descobrir, se há outros envolvidos nesta ação criminosa.

DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO GAY

luta, conquista, **RESPEITO**



Seja na igreja, nas ruas, nos palcos, nas avenidas ou no dia a dia, a comunidade LGBT luta pelo fim da homofobia, para a construção de uma sociedade livre de preconceitos. **VIDA1E2**

Quebrando barreiras e conquistando espaço

Seja na igreja, nas ruas, nos palcos, nas avenidas ou no dia a dia, a comunidade LGBT luta pelo fim da homofobia, para a construção de uma sociedade livre de preconceitos

ESAÚ ARAÚJO

Hoje, 28 de junho de 2017, comemora-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTI (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Pessoas Intersex), ou simplesmente Dia do Orgulho Gay. Esta data tem o principal objetivo de conscientizar a população sobre a importância do combate à homofobia, para a construção de uma sociedade

livre de preconceitos e igualitária, independente do gênero sexual de qualquer cidadão.

Na capital maranhense, lésbicas, gays, transexuais, travestis, pansexuais, bissexuais, assexuais, dentre outros, lutam a cada dia contra o preconceito escancarado nos olhares, nas agressões, nos homicídios e em todo ato homofóbico culminando na crueldade

humana. Em homenagem ao Dia do Orgulho Gay, **O Imparcial** realizou entrevistas exclusivas de membros dessa classe, que amanhecem sempre com o sorriso no rosto, a cabeça erguida e a determinação de quem não irá se deixar abalar pela crueldade, mostrando o orgulho de terem a sua orientação sexual definida todos os dias.

TRANSGÊNEROS

Mulher trans, jogadora de voleibol e estudante de Psicologia, Larissa Dominici, de 20 anos, se descobriu desde cedo. Segundo ela, por algum tempo na sua infância chegou a pensar que seria um homem gay cisgênero, mas aos 12 anos se libertou e descobriu-se, passando a tomar a sua identidade de gênero. "Cada pessoa sabe o momento de se perceber diante de uma sociedade. Sempre tive vontade de pôr essa pessoa que sou hoje pra fora. Sempre pareci muito feminina, então foi meio que fácil. Eu não me sentia bem com a minha aparência". Desde os 15 anos, Larissa Dominici passa pelo processo hormonal: "Eu comecei a tomar hormônios para me adequar ao padrão de feminino da sociedade", disse.

Desde então, a identidade de gênero de Larissa nunca lhe foi ponto de questionamento. "Eu nunca me questioneei enquanto minha identificação. Desde pequena, eu me sinto Larissa. A autorrecusa é uma violência sem explicação, simplesmente escondendo quem somos. Quando me assumi trans, foi um peso tirado das minhas costas. Quando menino, eu não passava apenas de um personagem". Segundo Larissa, os desafios no mercado de trabalho são massacrantes. "Uma vez, fui a uma entrevista de emprego. Fiz a prova e passei em primeiro lugar. Fiz a entrevista, falei que sou uma mulher trans, e parecia que eles estavam aceitando, mas, quando me chamaram, eles falaram que eu não poderia exercer a vaga com farda feminina e nem usar meu crachá com meu nome social, pois, segundo eles, eu não era uma 'mulher'. Eu, linda e maravilhosa, jamais iria

aceitar ser desrespeitada".

Diante dos preconceitos, Larissa se supera a cada dia e uma de suas conquistas é o uso do nome social. "Foi burocrático, mas consegui. A Justiça tem facilitado a cada dia e hoje sou mulher trans, sou linda e sou livre, estou cercada de pessoas que me amam e isso que importa", concluiu Larissa Dominici.

Assessor de supervisão e articulação institucional, Enzo Amorim, de 24 anos, é um homem trans. Segundo ele, as suas primeiras mudanças foram no estilo. "Mudei minhas roupas e meu corte de cabelo. Agora estou providenciando oficialmente a mudança para o nome social, também a realização do processo cirúrgico". Enzo conta que, a princípio, foi um choque para a família quando se assumiu transexual. "Eles não entendiam e não aceitavam e se afastaram de mim. Hoje, temos uma relação mais saudável, mas ainda há preconceito. Antes de me assumir trans, era uma inquietação sem fim, eu não era satisfeito com meu corpo, eu sentia que tinha algo errado. Foi daí que eu comecei a ler e entender sobre transexualidade, e isso me acalmou". Para Enzo, viver é um grande desafio. "O desafio que eu enfrento é viver. O ou a trans vive muito à mercê da violência e da discriminação. Espero que, no futuro, possamos viver em uma sociedade onde as pessoas trans, ou qualquer designação de gênero, possam ser respeitadas e ter direito a políticas públicas", conclui Enzo Amorim.

O NOME SOCIAL: UMA LUTA CONQUISTADA

O uso do nome social nas escolas, ambiente de trabalho e documentos é fator crucial para garantir efetivo acesso à educação e respeito da população transexual e travesti brasileira, como aponta a Defensoria Pública de São Luís. Esse direito está garantido desde o ano de 2015, quando resolução da Secretaria de Direitos Humanos foi publicada no Diário Oficial da União, assegurando aos cidadãos trans e travestis o uso do nome social, respeitando a identidade de gênero.

Os juízes da Vara de Registros Públicos de São Luís decidiram a mudança do nome social para transexuais e travestis com base na lei de registro público, na Constituição Federal e com base no Tratado Internacional dos Direitos Humanos, onde toda pessoa tem direito ao nome e ao prenome, de acordo com a sua realidade. "Seria um ato atentatório à dignidade da pessoa humana o Estado impor à pessoa usar um nome com o qual não se identifica. Por isso, estamos atendendo ao direito das pessoas que buscam essa mudança, uma vez que o nome é a parte mais íntima da dignidade da pessoa humana", disse o juiz Clésio Cunha, da Comissão Sentenciante Itinerante da 2ª e da 3ª Vara de Registros Públicos da Capital.

Segundo o juiz, o Projeto Cidadania e Justiça vem aproximando os cidadãos dos serviços judiciários e, nos últimos anos, mais de 20 casos já foram julgados no Fórum de São Luís e mais de 10 outros casos tramitando na segunda, na terceira e na oitava Vara Civil. "Estamos atendendo, principalmente, às pessoas que são tratadas de forma discriminatória. Se existe uma minoria discriminada, cabe ao Judiciário ajudá-la". Segundo o juiz, a procura ainda é pouca aqui no estado. "Ainda falta atingir cada vez mais essa classe e mostrar que a Justiça está do seu lado. E a Defensoria Pública está trabalhando a cada dia sobre isso. Estando cada vez mais preparados para cuidar desses eventos", concluiu o juiz.



Justiça determina prisão temporária de vereadores no MA *P2c1*

Vereadores são afastados dos cargos e presos

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a prisão temporária, por cinco dias, dos vereadores Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho.

Além dos mandados de prisão cumpridos na manhã desta terça-feira, 27, por membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gae-co) e do Departamento Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) da Polícia Civil, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência dos dois vereadores e de um terceiro, Evaldo Chaves de França, conhecido como Neto da Agricultura.



Divulgação

Vereadores Sinomar Farias Vieira e Robevânia Maria da Silva

Os vereadores são suspeitos da prática dos crimes de corrupção e associação criminosa. Eles também foram afastados das funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer outro vereador de Centro Novo do Maranhão até nova deliberação judicial.

Segundo o MPMA, a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal foi manipulada pelo pagamento a outros vereadores, com a suspeita de participação de agiotas na transação criminosa.

Robevânia Silva teria recebido R\$ 40 mil do presidente do Poder Legislativo municí-

pal, Sinomar Vieira, para pagar agiotas e votar nele. Evaldo França também teria recebido vantagens financeiras.

Os promotores de justiça tiveram acesso a uma gravação em que a vereadora admite o recebimento do dinheiro e a negociação com agiotas com o objetivo de intervir na eleição da mesa diretora da Câmara Municipal.

“Os R\$ 40 mil que eu peguei do Mazinho na Câmara só deu pra pagar dois agiotas. O dinheiro que eu tirei pra mim foi só R\$ 8 mil pra poder tirar esse carro pra mim (sic) não andar a pé, que isso era uma vergonha de o vereador sair de quase dois man-

datos e sair a pé(...)”, afirmou a vereadora Robevânia Silva, flagrada na gravação.

Os pedidos de prisão e afastamento foram assinados pelos promotores de justiça Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida e André Charles Martins Alcântara Oliveira, titulares da Comarca de Maracaçumé, da qual Centro Novo do Maranhão é Termo Judiciário.

Os membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) também assinaram a manifestação. A decisão é do juiz Rômulo Lago e Cruz.

“O fato em questão trata de eleição para a escolha do presidente do parlamento mu-

nicipal, responsável, entre outras atribuições, pela fiscalização da gestão municipal, e que os fatos noticiados e as provas até então colhidas, indicam o viés criminoso dos envolvidos, manipulando a citada eleição através da compra e venda de parlamentares”, destacou, os promotores de justiça, na manifestação ministerial. **(CCOM-MPMA)**

Marwel inicia comemoração dos 37 anos de fundação

O Marwel Esporte Clube, a maior fábrica de craques de futebol de Imperatriz, completou no último dia 6 de junho 37 anos de fundação. Marwel, que tem a direção de José Moreira Silva, o popular 'Moreirinha', é a escolinha de futebol pioneira de Imperatriz e de toda a região tocantina.

A comemoração de mais um aniversário do Marwel começa nesta quarta-feira (28), com a presença de Moreira Silva na Câmara de Vereadores e estenderá até esta quinta-feira (29), com matinal no CT de Treinamentos, localizado no Quartel do 50º BIS, com palestras de autoridades e outros convidados especiais e a distribuição de medalhas pioneiras.

História

No dia 6 de junho de 1980, o desportista, atleta, radiotécnico e técnico de futebol, José Moreira Silva, fundou o Marwel como a primeira escolinha de futebol filantrópica de Imperatriz.

Em 1984, a escolinha pioneira passou a treinar os futuros craques do Brasil, no campo do 50º BIS, com apoio integral dos hoje coronéis R1 do Exército Brasileiro, Caracas e Daladier, para que os pequenos tivessem mais segurança. O comandante do 50º BIS, Tenente Coronel Roberto Furtado, é padrinho das crianças e adolescentes da Escolinha do Marwel.

Objetivos

A função do Marwel é defender e incentivar os semelhantes, contribuindo para sua formação não só no futebol, como também em outras profissões, para essa finalidade, a escolinha conta com o apoio do Poder Judiciário, médicos, advogados, jornalistas, vereadores, empresários e militares.

Revelações

O Marwel sempre revelou grandes craques para o futebol brasileiro. Vários já encerraram carreira, como Augusto (in memoriam), Fagundes (in memoriam), Alencar, Batoré, Frank, Rodson, Wilson,

Lamartine, Diná e Lindoval. Atletas formados no Marwel e atuando no momento: Wanderson (XV Piracicaba), Denos (Azerbaijão), Leo Carvalho (SP), Rayllan (Juazeiro da Bahia), Elifrank (Betis-MG).

O Marwel fará homenagens in memoriam para a escritora Edelvira Marques, Augusto, Fagundes, Rilck e Sr. Zezito, patriarca da família do Batoré, Rayllan, Ramon, Nazaré e outros.

Pelo seu trabalho, Moreira do Marwel recebeu o título de cidadão imperatrizense, comenda Barão de Coroatá, prêmio Rotary Internacional, comenda amigo do 50º BIS e 3º BPM. É reconhecido pela Sedel de Imperatriz como embaixador dos jogos Escolares Imperatrizenses, de 2015, 2016 e 2017.

Divulgação/Sedel-Imperatriz



Moreira Silva recebendo da titular da Sedel, Greyci Lindoso, certificado de embaixador dos JEI's-2017

Imperatriz assegura recursos para Conservatório de Música e Aterro Sanitário

Verba de R\$ 108 mil será liberada até o final de julho

O vice-prefeito Alex Rocha, representando Assis Ramos, na manhã de segunda-feira, 26, cumpriu agenda em Brasília. Ele participou de reuniões com a Eletronorte e Ministério do Meio Ambiente. Os encontros tiveram como objetivos buscar recursos para finalizar a obra do Conservatório de Música de Imperatriz e a implantação do Aterro Sanitário.

A primeira reunião ocorreu na sede da Eletronorte e contou com a presença do diretor de Gestão Corporativa, Astrogildo Fraguiglia Quental; o ex-senador Chiquinho Escórcio, e do maestro da Fundação Cultural de Imperatriz, Giovane Pietrinni. "Foi um encontro importante, porque foi garantida a verba que vai finalizar a obra do Conservatório de Música, no valor de R\$ 108 mil, que segundo o diretor da Eletronorte será liberada até o final de julho" - declarou o vice-prefeito.

Em um segundo momento, o encontro foi no Ministério do Meio Ambiente, onde Alex

Divulgação



Alex Rocha, representando Assis Ramos, cumpriu agenda em Brasília. Os encontros tiveram como objetivos buscar recursos para finalizar a obra do Conservatório de Música de Imperatriz e a implantação do Aterro Sanitário

Rocha foi recebido pelo assessor do ministro Sarney Filho, Jair Vieira. Ele explanou sobre as demandas da cidade em relação a construção do aterro sanitário e resíduos sólidos. Na audiência foi confirmada verba no valor de R\$ 24 milhões para duas cidades do interior do sul do Maranhão, sendo uma delas Imperatriz.

Na terça-feira, o ministro Sarney Filho se reuniu com o presidente Michel Temer para tratar dessa demanda. "Vamos correr para finalizar o

projeto do aterro sanitário e resíduos sólidos, de vez que a verba já está assegurada" - finalizou Alex Rocha.

O conservatório de Imperatriz está com sua estrutura física quase finalizada. É uma parceria do Ministério Público Federal do Trabalho, Juizado da Infância e Juventude de Imperatriz, Eletrobrás/ Eletronorte e Prefeitura de Imperatriz. Já o aterro sanitário está em fase de conclusão de projeto. (Sara Ribeiro - Ascom/PMI)

Paço do Lumiar

Ex-presidente da Câmara é preso por improbidade administrativa

NELSON MELO

O ex-presidente da Câmara de Vereadores de Paço do Lumiar, município da região metropolitana de São Luís, José Francisco Gomes Neto, de 59 anos, foi conduzido à delegacia, na manhã dessa terça-feira (27), em decorrência de um mandado de prisão por sentença condenatória concernente ao crime de responsabilidade, de 12 anos de reclusão. Segundo informações da Polícia Civil, há indícios de irregularidades na prestação de contas referentes ao exercício em 2005.

Titular da Delegacia Especial de Paço do Lumiar, delegado Sidney Oliveira de Sousa comunicou que, na tarde de segunda-feira (26), o mandado de prisão foi expedido pela 2ª Vara de Termo Judiciário da cidade, por meio da juíza Jaqueline Reis Caracas. Assim sendo, na manhã de ontem, a equipe monitorou o percurso do ex-presidente da Câmara, a fim de



José Francisco Gomes quando saía da delegacia para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas

conduzi-lo à delegacia, sendo que ele foi abordado quando entrava no prédio da Câmara, onde ainda estaria exercendo um cargo lá. De lá, ele foi levado, por volta das 11h30, pelos investigadores à delegacia, onde foi comunicado

sobre o mandado de prisão por sentença condenatória. Zé Gomes, como é conhecido, ficou surpreso com a notícia, segundo o delegado. Após ser interrogado, na presença de seu advogado, foi encaminhado ao

Centro de Triagem, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele teria utilizado, durante sua gestão, notas fiscais inidôneas, sem registro na Receita Estadual. E ainda é investigado pela prática da fragmentação indevida de despesas na entidade. Em fevereiro deste ano, foi dito pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) – que manteve a sentença do Juízo da Comarca de Paço do Lumiar, a partir do voto do desembargador José de Ribamar Castro, relator do caso - que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou 37 irregularidades no relatório financeiro apresentado pelo político.

Zé Gomes, além de ser preso, também foi condenado a pagar multa civil no valor de R\$ 22.794 mil, suspensão dos direitos políticos por seis anos e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos, conforme estabelecido na condenação.

Centro Novo do Maranhão

Vereadores são presos e afastados liminarmente dos cargos públicos

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a prisão temporária, por cinco dias, dos vereadores Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho. Além dos mandados de prisão cumpridos na manhã desta terça-feira, 27, por membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Departamento Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) da Polícia Civil, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na residência dos dois vereadores e de um terceiro, Evaldo Chaves de França, conhecido como Neto da Agricultura. Os vereadores são suspeitos da

prática dos crimes de corrupção e associação criminosa. Eles também foram afastados das funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer outro vereador de Centro Novo do Maranhão até nova deliberação judicial. Segundo o MPMA, a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal foi manipulada pelo pagamento a outros vereadores, com a suspeita de participação de agiotas na transação criminosa. Robevânia Silva teria recebido R\$ 40 mil do presidente do Poder Legislativo municipal, Sinomar Vieira, para pagar agiotas e votar nele. Evaldo França também teria recebido vantagens financeiras. Os promotores de justiça tiveram acesso a uma gravação em que a

vereadora admite o recebimento do dinheiro e a negociação com agiotas com o objetivo de intervir na eleição da mesa diretora da Câmara Municipal. “Os R\$ 40 mil que eu peguei do Mazinho na Câmara só deu pra pagar dois agiotas. O dinheiro que eu tirei pra mim foi só R\$ 8 mil pra poder tirar esse carro pra mim (sic) não andar a pé, que isso era uma vergonha de o vereador sair de quase dois mandatos e sair a pé (...)”, afirmou a vereadora Robevânia Silva, flagrada na gravação. Os pedidos de prisão e afastamento foram assinados pelos promotores de justiça Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida e André Charles Martins Alcântara Oliveira, titulares da

Comarca de Maracáçumé, da qual Centro Novo do Maranhão é Termo Judiciário. Os membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) também assinaram a manifestação. A decisão é do juiz Rômulo Lago e Cruz. “O fato em questão trata de eleição para a escolha do presidente do parlamento municipal, responsável, entre outras atribuições, pela fiscalização da gestão municipal, e que os fatos noticiados e as provas até então colhidas, indicam o viés criminoso dos envolvidos, manipulando a citada eleição através da compra e venda de parlamentares”, destacam os promotores de justiça, na manifestação ministerial.

Cururupu

Ex-prefeito é condenado por improbidade em ação do MP

O ex-prefeito José Carlos de Almeida Júnior e o ex-secretário de Saúde de Cururupu Aldo Borges Lopes foram condenados pela justiça, no dia 2 de junho, em Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão.

As penalidades impostas foram a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco

anos, multa de 10 vezes o valor da remuneração mensal dos gestores à época dos fatos (ano de 2014), com juros e correção monetária pelo INPC, e a proibição de contratar com

o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de três anos.

Na ação, o promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho acusou o ex-prefeito e o ex-secretário por diversas irregularidades referentes às contas do

Município de Cururupu, no exercício financeiro de 2014, entre as quais o atraso no pagamento dos servidores públicos, contratação de servidores sem concurso e descumprimento de ordem judicial. De acordo com o Ministério Público, no ano de 2014, foram realizadas 159 contratações irregulares pela Secretaria de Saúde de Cururupu, entre vigias, enfermeiros, auxiliares administrativos, pedagogos, odontólogos e recepcionistas. “Diante de tantas contratações irregulares e em total desconformidade com o planejamento orçamentário, certamente acarretou no atraso do pagamento dos servidores”, observou o promotor de justiça.

Informe JP

Miudinhas

- O juiz Eduardo Girão Braga informa que o expediente na comarca será suspenso nesta quinta-feira (29). De acordo com o documento, o motivo é a passagem pelo Dia de São Pedro, padroeiro de Tutóia. Consta ainda na portaria que ficam suspensos o atendimento externo e os prazos processuais na unidade judicial.

Sobe/Desce

Desce

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou, ontem (27), a prisão temporária, por cinco dias, dos vereadores Robevânia Maria da Silva (PR) e Sinomar Farias Vieira (PMDB), conhecido como Mazinho. Os vereadores são suspeitos da prática dos crimes de corrupção e associação criminosa. Eles também foram afastados das funções parlamentares e proibidos de manter contato entre si ou com qualquer outro vereador de Centro Novo do Maranhão até nova deliberação judicial.